



46

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2015

Entre o longe e o perto: bom e belo nas primeiras viagens portuguesas

Between the far and the near: good and beauty in the early Portuguese travels

SUSANI SILVEIRA LEMOS FRANÇA
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Franca
Email: susanilemos@uol.com.br

Texto recebido em / Text submitted on: 16/03/2015
Texto aprovado em / Text approved on: 04/06/2015

Resumo:

Os escritos dos portugueses quatrocentistas sobre as terras africanas deixam entrever certas recorrências de impressões sobre ideais de perfeição que não escondem as bases éticas em que se amparam, ou melhor, os princípios ético-morais que os sustentam se fazem ver nos juízos que indicam uma avaliação positiva ou negativa sobre os lugares distantes. O presente ensaio empreende um levantamento de atributos do belo no que diz respeito especificamente às gentes observadas alhures em comparação com as do lugar de origem, com a finalidade de notar certas regularidades na construção de uma memória da expansão portuguesa – com a qual colaboraram também enviados estrangeiros – em que o duplo bom e belo e seus corolários serviram para tornar inteligíveis as novidades e as estranhezas. Ordem, grandeza, harmonia, prudência, fortaleza, ataviamento, em contraponto à bestialidade, à desproporção, à força meramente física, à temeridade e ao despojamento, bem como a inclusão de impressões sobre a cor da pele, são alguns dos aspectos explorados na leitura das configurações históricas dos juízos em questão dentro do jogo específico das viagens portuguesas quatrocentistas.

Palavras chave:

Viagens quatrocentistas; Estética; Moral; Portugal Medieval.

Abstract:

Fifteenth century's Portuguese writings about African lands let emerge certain recurrent impressions on perfection ideals that do not hide the ethical basis on which they are supported, or rather, the ethic-moral principles upon their foundations are laid can be observed in judgments that indicate a positive or negative evaluation about distant places. This paper undertakes a survey on beauty's attributes regarding specifically people from abroad compared to the ones from the place of origin, for the purpose of observing certain regularities in the Portuguese expansion memory construction – with which also collaborated foreign envoys –, where the dual good and beauty and their corollaries could make intelligible novelties and oddities. Order, magnitude, harmony, prudence, fortitude and adornment, in contrast to bestiality, lack of proportion, physical force, imprudence and starkness, and as well as the inclusion of views on skin color, are some of the aspects explored in reading the historical settings of judgments in question within the specific set of fifteenth century's Portuguese voyages.

Keywords:

Fifteenth century travels; Aesthetics; Moral; Medieval Portugal

Quando, já na virada do século XVI para o XVII, o cronista português Duarte Nunes de Leão exaltou a Espanha como “a última parte de Europa assentada entre África e França, rodeada de mar de tal maneira que é quase ilha”¹ e a “Lusitânia” como uma terra limitada pelo “mar Atlântico, o Douro, o Guadiana, e o Tejo a corta pelo meio correndo entre Guadiana e o Douro”², já tinha em mente que esta peculiar condição geográfica não tinha sido vã. Nessa altura, não só já se sabia por que caminhos as águas tinham levado, mas também que consequências tinham trazido para aqueles que estavam nessas últimas partes da Europa.

Entre o muito que se veio a saber ao longo de dois séculos esquadrihando terras alheias, os primeiros passos dos portugueses ou seus enviados estrangeiros pelas terras africanas chamam a atenção pela feição impressiva e apreciativa das informações registradas. Os escritos desses que viajaram no século XV para terras do sul, porque conduzidos por um princípio de utilidade que se poderia caracterizar como informativo-pedagógico, deixam entrever certas recorrências de impressões sobre ideais de perfeição que não escondem as bases éticas em que se amparam, ou melhor, os princípios ético-morais que os sustentam se fazem ver nos juízos que indicam uma avaliação positiva ou negativa sobre os lugares distantes³. À semelhança do que se observa nos registros dos dois séculos anteriores a propósito das terras do leste, a incidência sobre pontos relativos à aparência exterior dos povos encontrados permite notar que as descrições de detalhes externos eram o meio mais eficaz para tornar inteligíveis princípios ético-morais dos observadores⁴. Mesmo que o belo simbólico, comprometido com a expressão das coisas espirituais, ainda mantivesse prestígio⁵, as crenças nas manifestações materiais do sublime tinham o seu lugar⁶, em especial quando

¹ Esta pesquisa é derivada do projeto temático, financiado pela FAPESP, intitulado *Escritos sobre os Novos Mundos: Teorias, métodos e constituição de bancos de dados digitais*, e do projeto, apoiado pelo programa MCTI/CNPQ/MEC/CAPES, intitulado *Patrimônios escritos e a invenção de Novos Mundos (Sécs. XIII - XV)*. Todas as citações serão aqui modernizadas tendo em conta a temporalidade diversa das edições utilizadas, bem como em benefício do diálogo textual que será estabelecido.

² Duarte Nunes de Leão, (1530-1608) *Descrição do Reino de Portugal per Duarte Nunez do Leão*, Lisboa, 1610, cap. I.

³ Sobre a forma como os valores morais e éticos se fundam mutuamente na Idade Média, ver: Umberto Eco, (1987) *Arte y belleza en la estética medieval*, Trad. Helena L. Miralles, Barcelona, Libros Tauro, 1999, p. 51-52.

⁴ Nicole Chareyron, *Éthique et Esthétique du récit de voyage à la fin du Moyen Âge*, Paris, Honoré Champion, 2013, p. 19.

⁵ Wladyslaw Tatarkiewicz, (1970-1974) *Historia de la estética. II. La Estética Medieval*, Trad. M. E. Azofra; F. Hernández, Madrid, Ediciones Akal, 2007, p. 14, p. 149.

⁶ W. Tatarkiewicz, *Historia de la estética...*, cit., p. 151.

se tratava de dar a conhecer aos conterrâneos plagas desconhecidas. Neste caso, desde o século XIII, é possível perceber que o mundo exterior – povos e lugares, especificamente – ganha espaço nos relatos de viagem como símbolos da criação de Deus carregados de significado⁷.

Vão nesse sentido os dois conjuntos discursivos quatrocentistas que mais diretamente ajudaram a dar uma feição dos povos da África para os homens do reino de Portugal e posteriormente para os seus vizinhos, a saber: os relatos de viagem e as crônicas. Os primeiros assumiram o compromisso de registrar, diretamente ou por intermédio de um outro viajante ou redator posterior⁸, as proezas recentes dos portugueses em terras de outros povos, interpolando notícias das qualidades desses povos diversos e estimativas do que deles se podia esperar; as últimas alternavam também entre falar dos portugueses e dessas terras e gentes de alhures, mas vencendo o imediatismo em favor de construir uma história de Portugal, com unidade e finalidade. Os primeiros cuidavam do passado próximo, entendido até como presente, dado o caráter testemunhal que os caracteriza; as últimas, por articularem observação direta e dados extraídos de registos secundários⁹, elaboravam esse passado em uma narrativa mais abrangente, encadeando o lá e o cá como lados de uma mesma história, a da expansão portuguesa. Apesar das peculiaridades dos dois tipos de registro no que diz respeito à dimensão temporal abordada ou à forma como embasamos seus escritos para que sejam recebidos como verdadeiros, eles estão unidos, como estavam seus antecedentes relativos às terras do oriente¹⁰, pelo desejo de dar a conhecer um mesmo espaço – o africano – e por serem resultado de um sucesso: a consumação de um percurso, com a superação dos mais diversos percalços nele implicados.

Da segunda metade do século XV até a primeira década do século XVI, período em que o alvo da expansão era ainda a afirmação de um reino, ou especificamente de uma dinastia¹¹, alguns escritos contribuíram para se

⁷ F. Wolfzettel, *Le discours du voyageur*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996, p. 13-14.

⁸ Caso de Pedro de Sintra e talvez Diogo Gomes. Ana Paula Avelar, *Representações de um "Mundo Novo" no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2011, p. 123.

⁹ Sobre a articulação testemunho oral e escrito nas crônicas, ver: M. T. Clanchy, *From Memory to Written Records (1066-1300)*, Oxford, Blackwell, 1993, p. 295-299.

¹⁰ Danielle Régner-Bohler (dir.), *Croisades et Pèlerinages: récits, Chroniques et Voyages en Terre Sainte XII^e-XVI^e siècle*, Paris, Laffont (Bouquins), 1997, p. XVI.

¹¹ António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, 2. ed., Lisboa, Instituto Camões, 2002, p. 31.

estabelecer parâmetros de identificação da terra “exposta ao sol”¹² e para se reconhecer nela o bonito e o feio como reflexo de um jogo de qualidades físicas e morais apreciadas/depreciadas nas suas terras de origem. Entre aquelas narrativas que mais peso tiveram na construção de uma memória dos primeiros passos dos portugueses nas terras africanas, merecem destaque as de Gomes Eanes de Zurara, de Pedro de Sintra¹³, de Diogo Gomes¹⁴, de Rui de Pina e de Duarte Pacheco Pereira, ou os escritos de estrangeiros ligados a Portugal¹⁵, como Mateus de Pisano, Antoniotto Usodimare, Luís de Cadamosto, além do impressor Valentim Fernandes – cujas anotações são reconhecidas como um célebre testemunho dos descobrimentos –¹⁶ e Jerônimo Münzer – que buscou sistematizar as expedições henriquinas e descrever a Guiné em *De Inuentione Africae*.

Desses, Zurara, cronista-mor do reino de Portugal a partir de 1454, mas que já era anteriormente cronista e tinha assumido a incumbência de os feitos de Ceuta “assentar logo de todo em crônica”¹⁷, é o que mais destoa no que diz respeito ao alvo dos seus escritos. Tendo sido ele igualmente o responsável por não deixar que se perdessem no esquecimento – como gostavam de dizer os cronistas – os feitos passados na Guiné, seu propósito, como explicita no primeiro capítulo da respectiva crônica, era falar mais do Infante D. Henrique e seus seguidores do que propriamente dar a conhecer os lugares e povos encontrados¹⁸. Essa perspectiva ressoou na crônica do latinista Mateus de Pisano (1385-146?), que preparou uma tradução resumida para o latim, com modificações, da *Crônica*

¹² Designação de Isidoro de Sevilha que fez fortuna nos relatos. San Isidoro de Sevilha, *Etimologías*, Org., trad. e notas de José O. Reta, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1019.

¹³ Registrada por Luís de Cadamosto.

¹⁴ Aires do Nascimento atribui a Diogo Gomes a autoria do manuscrito *De Prima inuentione Guinee*. Cf. Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, ed. Crítica de A. A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

¹⁵ Também eles vão ajudar no reconhecimento dos lugares onde as expedições portuguesas chegaram. José da Silva Horta, *O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII)* in Fernando Cristovão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, Lisboa, Cosmos, 1999, p. 263-301.

¹⁶ Valentim Fernandes, *O manuscrito de “Valentim Fernandes”*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

¹⁷ Gomes E. de Zurara, *Crônica da Tomada de Ceuta*, Francisco Maria Esteves Pereira (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 45.

¹⁸ Gomes E. de Zurara, *Crônica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Livraria Civilização, 1973, p. 6-12.

da *Tomada de Ceuta* de Zurara¹⁹. Mas esse foco, conquanto se anuncie, não é prioritário, por exemplo, no relato do veneziano Cadamosto, que esteve a serviço deste mesmo infante nas duas viagens à Guiné (1455-1456) e que, em seu minucioso relato, acrescenta os descobrimentos de Serra Leoa por Pedro de Sintra em 1460-1461²⁰. Ele, ao contrário de Zurara e Pisano, como viajante que era, declara de saída sua atenção para as “terras dos negros da Baixa Etiópia, nem por memória nem por escrituras, nunca dantes navegad[as]” e adita que escrevia para dar a conhecer às gerações futuras o ânimo que teve em se pôr “a procurar diversas coisas em vários e novos lugares”²¹. Seu conterrâneo Usodimare, que também viajou em expedição portuguesa em 1455 e igualmente declarou ter chegado “aonde nunca qualquer cristão chegara” – tópica comum nos relatos –, mostra-se, entretanto, bem menos preocupado em destacar o que viu por onde andou e muito mais com seus credores genoveses, bem como em enfatizar o seu propósito de, em razão do seu presente desabastado, garantir um futuro abonado com o que lá de riquezas pudesse encontrar²².

Se a especificidade dessa carta é a ênfase sobre as próprias agruras do viajante endividado, outros que, pela mesma época, viajaram ou registraram relatos alheios não deixam de descrever os costumes, as habitações, os trajes, os hábitos alimentares, as crenças e as formas de manifestá-las naquelas terras dos descendentes de Cam – o amaldiçoado filho de Noé, segundo a *Bíblia*²³. Suas preocupações, pelo que se vê nas referências, entre outras, às trocas comerciais²⁴ realizadas sob as ordens do Infante D. Henrique e ao potencial aurífero daquelas terras a sul²⁵, bem como nas referências aos planos do Infante de paz e de angariar cristãos²⁶, eram ainda em grande parte contar as peripécias portuguesas; mas estas, sem dúvida, tanto maior interesse ganhavam quando carregadas

¹⁹ Mateus de Pisano, *Livro da Guerra de Ceuta*, por Ordem da Academia das Ciências de Lisboa e vertido em português por Roberto Corrêa Pinto, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

²⁰ Damião Peres, “Prefácio” in *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988, p. XIV.

²¹ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 84.

²² Carta de Antoniotto Usodimare in *Monumenta Missionaria Africana – África Ocidental (1342-1499)*, Coligida e anotada pelo Pd. António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1958, Segunda Série, v.1, p. 381-383.

²³ Martim de Albuquerque, *Estudos de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, v. 1, p. 266.

²⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Ed. sob a dir. de Raphael E. de Azevedo Basto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 2.

²⁵ Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro...*, cit., p. 61.

²⁶ Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro...*, cit., p. 63 e 81. Cf. *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 150.

das pinceladas sobre as peculiaridades dos povos africanos. O almoxarife de Sintra Diogo Gomes – cujas viagens foram realizadas entre 1444 e 1460 –²⁷, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira – cujo *Esmeraldo de Situ Orbis* foi iniciado em 1505 –, Valentim Fernandes – na sua compilação de relatos de 1507 – e até o cronista Rui de Pina – com a sua relação do Reino do Congo – são aqueles aqui escolhidos, juntamente com os quatro antes referidos, por serem os que melhor traduzem a dupla face dos escritos de viagem do século XV até início do XVI: por um lado, legar “uma eterna memória e lembrança” e dar a conhecer as “excelentes façanhas dignas de gloriosa [i]mortalidade” dos portugueses do Quatrocentos²⁸; por outro, não se eximirem de falar daqueles povos que, por suas feições e hábitos tão diversos, garantiram que os feitos dos portugueses parecessem ainda maiores e mais dignos de memória, pois envolviam “coisas que nunca qualquer da nossa nação tinha visto”, a saber, “várias coisas, línguas, costumes e fé (...)”²⁹. É justamente quando penetram por esse terreno que deixam transparecer de alguma forma as noções que conduziam sua apreciação.

Os relatos, dado que eram baseados em contatos sobretudo fugazes, e as crônicas, porque se amparavam nesses relatos fundados na impressão inicial, não tinham certamente o objetivo de oferecer claros parâmetros sobre a formosura e a bondade quando se referiam a esses povos dessemelhantes. Sua ambição era apenas de que suas descrições fossem tomadas como espelho, “inteira verdade”, das “terras dos negros da Baixa Etiópia”³⁰ por aqueles que não viajaram. Em outras palavras, seu objetivo, mais do que definir o que era belo ou feio, era tentar descrever coisas novas de forma a fazerem-se entender e crer. Para tal fim, as expressões admirativas, cuja função era chamar a atenção para determinado aspecto, ressaltar seu caráter de novo, traduzi-lo em palavras³¹ e tentar gerar empatia através do registro, não puderam ocultar juízos ou escapar a eles. As indicações valorativas, portanto, nem sempre são explícitas e nomeadas, como ocorre, por exemplo, nos tratados ou nas sumas moralizantes que circulavam no seu tempo e ajudavam a definir padrões valorativos, como, por exemplo, os de Hugo de São Victor, de Alexandre de Hales, de Alberto Magno, de Tomás de Aquino, de Boaventura, entre tantos outros. Nesses, em que comumente pululam definições sobre o belo e o bom, como pares inseparáveis, ou sobre o interno/

²⁷ Alguns historiadores atribuem a autoria do relato ao cosmógrafo alemão Martim Behaim. Michel Mollat, *Les Explorateurs du XIII^e au XVI^e siècle: premier regards sur des mondes nouveaux*, Paris, C. T. H. S., 1992, p. 56.

²⁸ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 4.

²⁹ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 89 e 86, respectivamente.

³⁰ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 84.

³¹ Nicole Chareyron, *Étique et Esthétique...*, cit., p. 20.

espiritual e o externo/corporal como concorrentes na atribuição de valores positivos, ou ainda – para não irmos mais longe – sobre o transcendental ou o natural como elementos essenciais do que deve ser valorizado³², as discussões são muito mais específicas e sistemáticas sobre a natureza do belo do que nos relatos de viagem. Os viajantes, diferentemente dos grandes pensadores cristãos, por um certo pragmatismo da sua atividade e dos seus escritos, empenham-se acima de tudo na descrição e apenas denunciam a adesão a um ou outro princípio doutrinário propagado nos grandes tratados.

Os princípios que conduzem as descrições estão, portanto, entranhados nas narrativas e quase nunca são conscientes, mas nem por isso deixam de traduzir certas preferências e gostos que estavam na base das suas exposições e pretensas sínteses dos povos africanos. Um dos índices é apontado no *Esmeraldo de Situ Orbis*, obra que pode ser vista como uma espécie de suma dos primeiros avanços expansionistas portugueses, uma quase crônica³³, e que logo de saída anuncia duas dimensões da beleza a serem garantidas no que diz respeito ao seu próprio fazer como narrador: primeiramente, o êxito em exprimir a excelência da matéria, ou seja, em dimensionar na forma escrita “a grandeza de toda a terra e do mar, as ilhas, as cidades, as fortalezas, animais com todas outras cousas que nele são”; em segundo lugar, dada essa grandeza, “a ordem dela assaz intrincada” e a “quantidade de tamanho corpo”³⁴, o sucesso em expressar tal matéria. Toca, assim, já no segundo capítulo do seu livro, em dois agregados do belo que não são estranhos para seus contemporâneos na classificação de valores: grandeza e ordem – os quais viríamos, futuramente, a definir como estéticos³⁵.

Era do seu desafio como escritor que falava, mas deixava entrever igualmente ideias difundidas no seu tempo, de forma assistemática e convencionada, dada a necessidade do viajante/narrador de se fazer compreendido e reconhecido³⁶. A grandeza ou a magnitude estavam entre as expressões do belo, ao lado da sabedoria, da sublimidade, da formosura, do esplendor, da sutileza e de outros termos que expressavam o que podia ser apreciado a partir do mundo sensível³⁷.

³² Cf. Umberto Eco, *Arte y beleza...*, cit., p. 19-22, 29-31, 33, 37, etc.

³³ Joaquim Barradas de Carvalho, *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 19.

³⁴ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 6.

³⁵ O termo estética, na acepção que utilizamos, é mais recente, derivando «do francês *esthétique*», que vem do grego «*aisthêtiké*», forma do adjetivo «*aisthêtikós*», e cujo significado era: que tem a faculdade de sentir ou de compreender. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987, v. II

³⁶ Nicole Chareyron, *Étique et Esthétique...*, cit., p. 19-21.

³⁷ W. Tatarkiewicz, *Historia de la estética...*, cit., p. 156.

Indícios dessa qualidade estavam já no Antigo Testamento, como atributo divino, mas ali era sobretudo por associação à magnanimidade que se anunciava e não, como no texto do viajante, a grandeza como expressão da diversidade a ser desbravada pelo homem; a qual, neste novo contexto, dizia talvez menos de Deus e mais dos portugueses e sua missão pioneira.

Outros relatos quatrocentistas também insistem em encadear a grandeza do plano divino expresso na diversidade do mundo, o próprio encargo de escrever e contornar os limites da escrita para abranger a totalidade da criação e a missão dos portugueses de desvendar em parcelas essa criação. Três grandezas confrontavam-se, pois, nesses relatos: as múltiplas figurações do invisível; a capacidade de traduzi-las em palavras e o feito português propriamente, o de alcançar as diversas manifestações do divino espalhadas no mundo, a começar pela África. Era especialmente, na conjuntura em questão, sobre esta última que importava lançar luz, e Zurara e Pisano o fazem. O primeiro, nos seus lampejos de erudição emprestada³⁸ introduzidos na *Crónica da Tomada de Ceuta*, cita Gregório Magno para evocar a grandeza do eterno, que previamente já teria tudo disposto, deixando ao homem a participação apenas no que “eternamente” estava ordenado. O cronista recorda essa disposição prévia com a finalidade justamente de encaixar os feitos dos portugueses expansionistas nesse plano, mas também para pedir iluminação para vencer sua “rudeza e fraco engenho” para poder “falar da franqueza e maravilhosos feitos”, de D. João I, comparáveis, segundo ele, aos dos grandes reis e duques que prestaram inestimável serviço a Deus³⁹. A “grandeza da obra que se naqueles feitos passados requeria” era tal, que seu antecessor, Fernão Lopes, não tinha conseguido ir tão longe, declara Zurara. “Feitos tamanhos” que, nas palavras do tradutor de sua crônica, Mateus de Pisano, ameaçavam a própria credibilidade do narrado, pois “a custo os haverá por verdadeiros quem pretenda aferir-lhes a grandeza pelos recursos de que dispõe tal povo”⁴⁰.

Ao lado dessa concatenação das referidas formas da magnitude para sobrelevar o presente quatrocentista português de avanços ultramarinos, a ordem, outro dos atributos do belo que ganha forma na expressão das conquistas, é enaltecida pelos narradores. Cadamosto, por exemplo, confessa o temor de que seu relato, ao penetrar no “outro mundo” que se vislumbrava, não conseguisse

³⁸ Joaquim de Carvalho, Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara in *Biblos*, n. 25, Coimbra, Coimbra Editora, 1948, p. 1-127. O sentido não é pejorativo. Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 2006, vol.1, p. 4.

³⁹ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 4, 7-8.

⁴⁰ Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 3

“tão ordenadamente” preservar o que a matéria demandava⁴¹. A ordem era, como a grandeza, prévia, dada, ou melhor, era princípio subliminarmente entendido como um atributo divino, ou ainda, como prerrogativa do próprio ser, que, por sua participação no divino, não podia estar destituído de uma qualquer ordenação⁴² e cujo sentido se completava com a ideia de harmonia⁴³. Nem sempre explicitando propriamente esse fundo metafísico que justificava a busca de uma ordem correspondente à natural e remissiva a Deus⁴⁴, os viajantes ou cronistas da expansão não deixaram de legar pistas nesse sentido. Zurara, por exemplo, refere “o calado segredo [da] providência divinal” para ordenar, no duplo sentido de comandar e organizar⁴⁵. E inclusive usa essa força oculta como argumento para as idas e vindas da sua crônica, ou seja, para ter sucesso em realizar a “direita ordenança” que vinha de cima⁴⁶ e que era encaminhadora dos feitos por ele registrados da “guisa” correta⁴⁷.

Entretanto, dados os objetivos das relações de viagem, como copiar “fielmente em fé da verdade” o que estava escrito no livro dos capitães de navio⁴⁸ ou contar do descobrimento da Guiné⁴⁹, nem todos os viajantes/narradores aqui selecionados divagam sobre os fundamentos e valores do seu trabalho de escrita e ordenação, como é o caso de Diogo Gomes, ou do compilador de relatos Valentim Fernandes, ou ainda de Rui de Pina, por exemplo, que foram bem mais diretos para penetrarem as terras da África nos seus registros. Mas estes também, juntamente com aqueles que, direta ou indiretamente, transitaram entre refletir sobre os feitos portugueses e os lugares visitados e sobre a própria tarefa de escrever, ensejarão a presente decomposição, neste ensaio, de outros adjuntos ou atributos do belo no que diz respeito especificamente às gentes observadas alhures em comparação com as do lugar de origem, pois também

⁴¹ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 83.

⁴² Joseph M. Marling, *The Order of Nature in the Philosophy of Thomas Aquinas*, Washington, The Catholic University of America Press, 1934, p. 29 e ss.

⁴³ Joseph M. Marling, *The Order...*, cit., p. 29.

⁴⁴ Umberto Eco, *Arte y beleza...*, cit., p. 48; W. Tatarkiewicz, *Historia de la estética...*, cit., p. 101.

⁴⁵ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 176.

⁴⁶ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 24.

⁴⁷ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 274.

⁴⁸ Rui de Pina. Relação do Reino do Congo in Carmen M. Radulet, *O cronista Rui de Pina e a “relação do reino do Congo”*: manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 133.

⁴⁹ Valentim Fernandes, Relações do descobrimento da Guiné de Diogo Gomes in *Monumenta Missionaria Africana – África Ocidental (1342-1499)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1958, Segunda Série, v. 1, p. 182.

aqueles que foram mais diretos não escondem os sentimentos que engendram suas narrativas, em especial a surpresa e a repulsa⁵⁰.

Àquela tripla grandeza referida a propósito do próprio fazer dos construtores de uma memória das viagens, uma outra forma do substantivo ganha força nos escritos: a que diz especificamente respeito aos homens e à sua estatura moral e física. A grandeza moral do Infante D. Henrique surge aqui como exemplar. Foi ela, segundo Zurara, “extrema entre todos os príncipes do mundo!”⁵¹ Superior, explana o cronista, porque reunia algumas virtudes louvadas no seu tempo como próprias dos reis e nobres, como, por exemplo: a liberalidade para com os estrangeiros, que de perto dele não saíam sem “proveitosa benfeitoria”; o inigualável autocontrole, a quem ninguém se igualava na capacidade de “mais grandemente senhorear-se si mesmo”; e dedicação ao trabalho, que lhe tinha valido a máxima entre o seu povo de que os seus grandes trabalhos “quebrantavam as altezas dos montes”⁵². Mas, entre essas e outras virtudes teológicas e morais⁵³, como a castidade e a temperança, uma mais se elevava em importância, sua prudência.

Grandeza moral, sem dúvida, a prudência dependia do passado e do futuro⁵⁴, melhor, ao seu portador cabia ser “avisado e de boa memória”⁵⁵. Os portugueses, nesses relatos de viagem e crônicas da expansão, vão-se configurando e sendo apreciados por adjetivos e nomes inspirados na Escritura Sagrada⁵⁶, especialmente por meio da memória das virtudes cardeais; os africanos vão, por sua vez, ganhando definição por paralelos e analogias fundados tanto nesse plano moral-religioso, mas com ênfase sobre seus vícios, quanto por associações ao plano da natureza, dada a necessidade dos narradores de fazerem apreensível o novo. Quaisquer paralelos, pois, entre os portugueses e seus contrários não podem ser a partir da singularidade de cada narrativa e, sim, dos elementos a que frequentemente viajantes e cronistas – mas não só eles – recorreram para compor uma narrativa mais ampla, ou melhor, para compor uma narrativa a partir de valores partilhados e de fórmulas aceitas entre os quatrocentistas. Essas

⁵⁰ Nicole Chareyron, *Éthique et Esthétique...*, cit., p. 20.

⁵¹ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 22.

⁵² Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 22-23.

⁵³ Frances A. Yates, *A arte da memória*, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2007, p. 39-40, 85-86, 119-120.

⁵⁴ Janet Coleman, *Ancient and medieval memories. Studies in the reconstruction of the past*, New York, Cambridge University Press, 1992, p. 19, 42-43 e 100.

⁵⁵ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 23.

⁵⁶ Francisco M. Fresneda, José Luis P. Navas, *Teología y Moral Franciscanas*, Murcia, Editorial Espigas, 2002, p. 167.

comparações, pois, são feitas no sentido de explorar o conjunto que permitiu compor uma memória da expansão portuguesa não propriamente unificada, mas com certa regularidade ou com referentes culturais persistentes⁵⁷.

Entre as notáveis frequências, surge o epítome dos aventureiros virtuosos, o Infante D. Henrique, o “príncipe sem coroa”, como o define o primeiro cronista da expansão, Zurara. O Infante irrompe, nessa grande narrativa escrita por várias mãos, como colecionador, por excelência, daquelas virtudes que todo bom cristão deveria ter, a começar pela referida prudência, que comandava todas as outras⁵⁸. A virtude cardeal da prudência⁵⁹ manifestava-se nele por meio da sua capacidade de agir tendo em vista um bem a realizar⁶⁰. No relato de Diogo Gomes fixado por Valentim Fernandes⁶¹, apesar de uma certa sobriedade do narrador – diferente dos arroubos elogiosos de um Zurara –, o Infante, ainda assim, aparece como aquele que “sempre cuidou de agasalhar homens ilustres e nobres, e de mandar à sua custa a descobrir regiões ignotas”⁶². Fazia, portanto, bom uso das faculdades da prudência – memória, inteligência e providência⁶³ – na preparação da grande tarefa que lhe tinha sido destinada por Deus, pois cuidava das coisas presentes sem esquecer as futuras, nem tampouco as passadas – como não se cansaram de ressaltar os narradores das suas experiências.

Beleza moral que, segundo Zurara, equivalia à dos seus irmãos, os quais, como ele, eram “prudentes e discretos”, mas ainda assim ousaram falar ao seu pai D. João sobre o seu plano de avançar sobre a África⁶⁴. Pisano soma às “feições morais” de cada um dos irmãos desde “dotes de espírito” a destrezas corporais, passando pelo “espírito de justiça”, pela “liberalidade, comedimento e valor”, mas, no que toca a D. Henrique, destaca outra das virtudes cardeais que melhor convinha ao empreendimento histórico que lhe cabia: a “energia de vontade”⁶⁵.

⁵⁷ Não se trata essa referida narrativa ampla, como pode sugerir, de uma busca de “mentalidades” ou do “imaginário” de uma época. Não se trata de propor unidades abrangentes ou uma estrutura unificada das práticas culturais de longa duração, supostamente comum aos membros de uma sociedade.

⁵⁸ Cícero propôs uma primazia da Prudência em relação à Justiça, à Constância e à Temperança, por ser ela aquela que permitia distinguir o bem do mal. Marcus Tullius Cicero, *Treatise on Rhetorical Invention and Treatise on Topics*, Translated by C. D. Yonge, Digireads.com Publishing, 2010, p. 84.

⁵⁹ Frances A. Yates, *A arte...*, cit., p. 38-39

⁶⁰ M. Senellart, *As artes de governar*, São Paulo, Ed. 34, 2006, p. 192.

⁶¹ O texto ficou em testemunho do célebre *Manuscrito Valentim Fernandes*. Cf. Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro...*

⁶² Valentim Fernandes, *Relações do descobrimento...*, cit., p. 182.

⁶³ M. T. Cicero, *Treatise on Rhetorical...*, cit., p. 84.

⁶⁴ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 26.

⁶⁵ Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 12.

Em outras palavras, D. Henrique era dotado da fortaleza, daquela virtude que dava energia à vontade ou, como a definia D. Duarte no *Leal Conselheiro*, virtude “que tira os receios, e tempera os sobejos atrevimentos”⁶⁶; virtude que, vale lembrar, no âmbito dos valores partilhados, estava associada às virtudes dos cavaleiros⁶⁷. Zurara reafirma esta qualidade do Infante em capítulo à parte na *Crónica da Tomada de Ceuta*, na qual destaca que “com tamanha força e grandeza de seu coração arrincou tamanha multidão de infieis fora da terra da sua natureza”⁶⁸, e, na *Crónica de Guiné*, corrobora que “fortaleza de coração e agudeza de engenho foram nele em mui excelente grau”, tendo sido, mais que qualquer um, “cobiçoso de acabar grandes e altos feitos”⁶⁹. Pacheco Pereira é, a propósito dessa qualidade do Infante, igualmente preciso, ao elevá-lo em relação a quaisquer outros que estiveram na tomada de Ceuta, pois “o Infante exercitou ali tão esforçadamente a fortaleza de seu coração que outro algum cavaleiro neste feito de armas a ele foi igual” – segundo declara ter sabido o narrador pelos que diretamente testemunharam⁷⁰. D. Henrique e seus irmãos faziam, pois, segundo os que registraram suas experiências, jus à máxima romana, então apreciada, de que “o feito das armas não há mister tristeza nem choro, nem roupas de dó, antes requer que os cavaleiros se guarneçam das melhores cousas que tiverem, para que a sua vista lhes alegre os corações”⁷¹.

Mesmo que pudessem ser apreciados por práticas semelhantes, os que estavam nas partes de lá não ganhavam tintas com tão apurados matizes, ou melhor, não viam suas qualidades ganharem sentido a partir das mesmas moedas correntes usadas para exaltação dos desbravadores: os modelos de virtude cristãos – inspirados nos antigos e redefinidos segundo os parâmetros da moral e da fé cristãs, dado que era o seu valor exemplar no presente que importava⁷². No episódio de Ceuta, por exemplo, quando os infantes e seus cavaleiros retiravam os mouros de seus esconderijos, conta Zurara que emergiu do meio deles um homem que se destacava pelas duas qualidades acima referidas: grandeza e força. Dois correlatos que não se diferenciavam aparentemente daqueles apontados pelo cronista a propósito do Infante, porém, quando a narrativa discorre sobre os homens das partes de lá, conduzindo-se por uma

⁶⁶ Dom Duarte, (1433/1437-1438) *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, Ed. crítica por Joseph M. Piel, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, p. 43.

⁶⁷ Francisco M. Fresneda, José L. P. Navas, *Teología...*, cit., p. 205.

⁶⁸ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 219.

⁶⁹ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 22.

⁷⁰ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 37.

⁷¹ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 150.

⁷² Janet Coleman, *Ancient...*, cit., p. 298-299.

percepção corporal amparada por valores éticos que definem o que é bom e belo, o conteúdo dessas qualidades muda substantivamente.

No que diz respeito ao mouro, a grandeza externa ameniza o valor daquela propriedade antes pensada como virtude, ou seja, por suas conotações morais. Se, a propósito do Infante, até mesmo as informações sobre a estatura vinham acrescidas de adjetivos que favoreciam as ligações concernentes ao espírito, como se percebe na expressão “boa grandeza” – que sugere proporcionalidade –⁷³, ou na indicação da alteração da cor branca da pele “pela continuação do trabalho”⁷⁴ – que traz à tona sua constância. No que compete ao mouro, qualquer qualificação moral de “grande” é enfraquecida diante do complemento “crespo todo nu”, em Zurara⁷⁵, ou “disforme”, em Pisano⁷⁶, que já denunciavam a aproximação bestial e sobrelevavam o externo como fator principal de apreciação das gentes encontradas nos diversos lugares da África. A ênfase ao corporal e seus elos éticos e morais manifesta-se mais claramente com o acréscimo de que, quando o mouro põe a “cara fora”, sua imagem não se mostra “pouco espantosa, porque ele havia o corpo todo negro assim como um corvo, e os dentes mui grandes e alvos, e os beiços mui grossos e revoltos”⁷⁷. E seu modo de agir, da mesma forma, pelo sentimento de admiração e até rejeição que provoca, dada a singularidade em relação ao que estavam habituados⁷⁸, não contribui em nada para alguma elevação de sua figura, a despeito de Zurara ter sugerido que era ele quem encorajava os seus a resistir. Ao contrário do Infante, que pelo mesmo tipo de estímulo merecera louvores – como vimos anteriormente –, a memória que fica sobre o mouro é da força física, de que “não trazia outras armas senão pedras, mas aquelas que ele lançava da mão não parecia que saiam senão de algum trom ou colobreta”⁷⁹, tanto era forçosamente espantosa⁸⁰. Persistência que tinha sido destacada como atributo da virtude cardeal da Fortaleza no Infante – como nos cristãos em geral –⁸¹, mas, no

⁷³ Umberto Eco, *Arte y beleza...*, cit., p. 54-56.

⁷⁴ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 21.

⁷⁵ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 204.

⁷⁶ Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 43.

⁷⁷ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 204. Cf.: Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 43.

⁷⁸ Nicole Chareyron, *Éthique et Esthétique...*, cit., p. 20.

⁷⁹ As colobretas eram armas de disparo conhecidas, pelo menos, desde o reinado de D. Duarte. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 61-62.

⁸⁰ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 204. Cf. Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 43.

⁸¹ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 311.

caso do mouro, é ofuscada pelos seus métodos inabituais e por sua aparência “espantosa”.

Nada, pois, do que se conta sobre o mouro nessa narrativa ou história fazia lembrar a determinação de D. Henrique, capaz de “sustentar só por si” uma pesada luta, de abraçar “o escudo e com os poucos que tinha a seu lado” avançar sobre os inimigos, conseguindo suster-lhes “heroicamente o ímpeto” e desbaratar-lhes, fazendo com que os seus recobrassem ânimo⁸². Nada no africano autorizava paralelos, dado que o Infante sempre se conduzia com prudência, como convinha a um príncipe cristão de excelência. Tal virtude não se mostrava compatível com as gentes de longe, fosse do norte da África ou dos caminhos para o sul. Gentes que, como virá a corroborar Cadamosto e outros, referindo-se aos negros das margens do rio Senegal, faziam guerras “muito mortíferas”⁸³ e que em nada evocavam os cuidados que tinha o Infante D. Henrique, o qual “pelejava que sempre pelejando parecia que buscava paz”⁸⁴. D. Henrique, cujo nobre fim era tomado como extensivo a todos os portugueses, nos seus preparativos para a guerra, segundo a versão de Pisano, tomava conselho sobre pontos estratégicos, visando a que “a sua gente não corresse” riscos, pois não perdia de vista que o “dever de príncipe avisado [era] procurar alcançar a vitória sem malbaratar o sangue dos seus”⁸⁵. Igual qualidade moral não tinha faltado a seu pai quando, diante da ira dos portugueses surpreendidos pelos mouros de Ceuta, “conteve-os” oportunamente; tão oportunamente que, se “assim não fosse e se ele não houvesse também feito retirar os outros para as galés, teriam perecido todos”⁸⁶.

No que se refere à beleza moral, as conjecturas recorrentes sobre os povos africanos tendiam a destacar as condutas opostas, ou melhor, pouco regradas e desconhecedoras dos grandes modelos do passado português e daqueles que lhe serviram de referência, os antigos e os bíblicos. Se, por exemplo, o Infante, como outros seus conterrâneos eram previdentes na guerra, os “primeiros negros” do reino de Senega⁸⁷, por sua vez, “matando-se como se fossem feras” e por serem “muito atrevidos, e bestiais” preferiam deixar-se morrer a fugir e, mais

⁸² Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 46.

⁸³ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., 122-123. Valentim Fernandes, *Relações do descobrimento...*, cit., p. 195.

⁸⁴ Gomes E. de Zurara, *Crónica da Tomada...*, cit., p. 14.

⁸⁵ Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 36.

⁸⁶ Mateus de Pisano, *Livro...*, p. 36.

⁸⁷ Referente ao império da Senegâmbia. José da Silva Horta, “‘Nações’, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem: Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII)” in *Varia Historia*, vol. 29, n. 51, [2013], p. 649-675.

surpreendentemente ainda, “não se atemorizam por ver o companheiro morto, antes parece que não lhes importa, como homens costumados a isso, e que não temem nada a morte”⁸⁸. Não bastasse essa falta de temor da morte, pouco lhes doía provocá-la, dado que, como vários relatos realçam, “empregam o arco e frechas, e atiram com venenos; desde que tocam na carne nua, desde que o sangue verta, logo a criatura morre”⁸⁹.

Neles também faltava, além da faculdade da providência louvada no Infante, um outro dos atributos que, entre os quatrocentistas, permitia reconhecer valor e mérito, o apetrechamento de armas e vestimentas. Se a frota portuguesa rumo a Ceuta, por exemplo, parecia um “formosíssimo espetáculo”⁹⁰ de se ver, segundo Pisano, porque “apercebida de toda espécie de armamento”, a ponto de inundar “a alma de alegria”⁹¹, a ordenação dos africanos era de todo oposta, segundo vários registros. Além dos “poucos cavalos” de que dispunham, os “primeiros negros” da margem sul do rio Senegal, segundo Cadamosto, “de armas de seu vestir não usam, porque não as têm e ainda porque, com o grande calor”, não seria possível⁹². Dispunham esses e outros africanos de poucos aviamentos de guerra, e nada que se comparasse ao que estavam acostumados nas terras cristãs. Sobre a peleja só com pedras, noticia Zurara e Valentim Fernandes, acerca dos negros das Canárias e outros das regiões visitadas⁹³, que, apesar de “ardidos e de forte peleja”, não dispunham, além das pedras, senão de “um pau curto para dar com ele”⁹⁴, pois não contavam com ferro nas suas terras⁹⁵.

Tal despojamento na guerra correspondia à mesma contenção no vestir. As aparências, apesar da prioridade nos relatos das condutas incomuns, igualmente causavam surpresa e deixavam divisar impressões sobre o que era bom e belo ou seus contrários, dado que as feições e modos eram entendidos como complementares. Assim, é possível notar que predicados como “homens muito pretos e bem encorpados”⁹⁶, ou outros como, “são mais depressa pardos do que negros”⁹⁷, ou de que “alguns eram avermelhados e outros pretos”⁹⁸, são

⁸⁸ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 123.

⁸⁹ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 147. Cf. Valentim Fernandes, *Relações do descobrimento...*, cit., p. 190-191.

⁹⁰ Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 33.

⁹¹ Mateus de Pisano, *Livro...*, cit., p. 34.

⁹² *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 122-123.

⁹³ Cf. Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 339, 341

⁹⁴ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 336.

⁹⁵ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 175.

⁹⁶ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 51.

⁹⁷ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 175.

⁹⁸ Valentim Fernandes, *Relações do descobrimento...*, cit., p. 185.

laivos, muitas das vezes, sem uma clara associação negativa⁹⁹. Do mesmo são pouco facciosas as indicações sobre lugares onde estavam separados os homens “brancos e pretos uns dos outros”¹⁰⁰, ou, ainda, referências a terras onde havia os pretos “em grande multidão”¹⁰¹. Alguns indicativos, porém, mostravam-se mais precisos e inclusive extremados, como a combinação dos adjetivos “negra e muito bonita” a propósito de uma jovem presenteada a Cadamosto no reino de Budomel¹⁰², ou a combinação oposta em Duarte Pacheco Pereira, quando logo de saída recorda a tese corrente de que os etíopes¹⁰³ seriam tão negros por estarem em uma parte marcada pelo “grande ardor do sol”, enquanto aqueles que estavam vizinhos aos polos, “pela muita frialdade dizem que a natureza dessa região cria as gentes em subido grau de alvura e formosura”¹⁰⁴.

Outras impressões também, como aquelas registradas por Valentim Fernandes a partir do relato de João Rodrigues, incluem juízos valorativos a partir da cor da pele, porém, trazem já as referidas associações com os costumes que virão a garantir um prolongado desdenho. Sobre os homens dessa costa de Arguim, registra o compilador que são “alvos de natureza”, mas, “porque andam continuamente nus no sol, se fazem mui pretos”. São, contudo, merecedores de uma avaliação que denota falta de estima não propriamente por serem negros, mas por um hábito, o “do mal comer”, em razão do qual “são mui feios e espantosos”, além de federem “como bodes”¹⁰⁵. Rui de Pina corrobora a associação entre cor da pele e maus hábitos dos negros do Congo, ao referir-se que esses, “muitas vezes, por feitio e natureza, são ladrões, roubavam um ao outro muitas coisas”¹⁰⁶. Pululam, igualmente, tais como essas opiniões diretas ou intermediadas pelas personagens encontradas, outras relativas às condutas e

⁹⁹ José da Silva Horta, “Primeiros olhares sobre o Africano do Sara Ocidental à Serra Leoa” in António Luís Ferronha (coord.), *O Confronto do Olhar. O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas – Séculos XV e XVI*, Lisboa, Ed. Caminho, 1991, p. 83-95.

¹⁰⁰ Valentim Fernandes, *Relações do descobrimento...*, cit., p. 183.

¹⁰¹ Valentim Fernandes, *Relações do descobrimento...*, cit., p. 194.

¹⁰² Na nota 83, José da Silva Horta explica que “O duplo título do dignitário - geral e específico da unidade política do Kajoor (Buur+damel) - aparece na forma *budumel* no autor quatrocentista. José da Silva Horta, “‘Nações’, marcadores...” in *Varia Historia*.

¹⁰³ Etíope remete para o grego *aithiops*, que significava literalmente ‘de rosto queimado’. No período aqui em questão, os territórios do Egito e do Norte da África eram denominados África Aethiopica. Mais ao Sul, por sua vez, era designada Baixa Etiópia. José da Silva Horta, *A imagem do africano...*, cit., p. 47.

¹⁰⁴ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 5.

¹⁰⁵ Valentim Fernandes, *Description de la Côte d’Afrique de Ceuta au Sénégal (1506-1507)*, Ed. P. de C. T. Monod, Paris, Librairie Larose, 1938, p. 58-60.

¹⁰⁶ Rui de Pina. *Relação do Reino...*, cit., p. 117.

aos hábitos que mostram a regularidade com que os narradores quatrocentistas aqui abordados depreciavam os africanos.

Não é sem relevância, pois, que Cadamosto, logo depois de destacar que os negros eram “muito asseados de corpo, pois se lavam completamente, quatro e cinco vezes ao dia”, arremate: “no comer são porcalhões, e sem nenhuma educação”¹⁰⁷. Como esta, outras “maneiras de viver”, que a Zurara pareciam “mui desvairadas do uso das gentes” e a Usodimare “muito estranhas” – como a notícia de “homens com causa e que comem os filhos” –¹⁰⁸ vão emergindo nos relatos. Em Gran Canária, por exemplo, além de vários hábitos incomuns, como o regimento coletivo por cavaleiros, ou o corrente hábito africano de peleja por pedras, surge uma referência à violação de um dos mais estimados princípios cristãos, a castidade. Virtude que se situava entre as mais elevadas¹⁰⁹, especialmente para as mulheres, mas que tinham se destacado no cavaleiro modelo, D. Henrique, que “toda sua vida passou em limpa castidade”¹¹⁰. Naquelas ilhas, entretanto, tal virtude não era estimada; ali, apenas “depois que algum dos cavaleiros dorme com a moça, então a pode casar seu pai”¹¹¹.

A propósito dos sinais exteriores, Cadamosto nota o costume entre os habitantes das ilhas Canárias, homens e mulheres indiscriminadamente, “de pintar o corpo com o suco de certas ervas verdes, vermelhas e amarelas, e tem para si que semelhantes cores são uma bela divisa”. Além do tom de soberba por acharem tal adorno bonito, o comentário que segue denota também uma certa desestima: fazem “disto a sua gala como nós de um bom vestido”¹¹². Mais claro ainda quanto aos adornos é o mesmo viajante, ao falar das “orelhas furadas, com buracos por todas elas”; até mesmo o nariz era furado “e nele trazem pendurado hum anel de ouro do mesmo modo que entre nós trazem os búfalos”¹¹³. As associações com animais, não claramente com conotação negativa, ainda assim não podem ser negligenciadas, afinal, não são poucos os indícios de que significavam ausência de razão, e afastamento de Deus, portanto, da perfeição. Não é de se negligenciar, nesse sentido, a associação entre desrazão, bestialidade e falta de fê, associação subliminarmente presente,

¹⁰⁷ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 121.

¹⁰⁸ Carta de Antoniotto Usodimare in *Momumenta Missionaria Africana*, p. 382.

¹⁰⁹ Peter Brown, *Corpo e Sociedade*. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p. 364-365.

¹¹⁰ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné ...*, cit., p. 22.

¹¹¹ Gomes E. de Zurara, *Crónica de Guiné...*, cit., p. 336-337. Cf. *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 98.

¹¹² *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 99-100.

¹¹³ *Viagens de Luís de Cadamosto...*, cit., p. 175.

por exemplo, no relato de Duarte Pacheco Pereira a propósito dos etíopes, definidos como “bestas em semelhança humana”, porque “alienados do culto divino”¹¹⁴. Ou a propósito dos de Serra Leoa, lembrados por sua cor negra e seus “dentes limados e agudos como de cão”, ou pela selvageria de alguns deles¹¹⁵. Além dos paralelos com os animais, os africanos ganhavam adornos que não contribuíam muito para valorizá-los: gente “belicosa que poucas vezes estão em paz”, sendo alguns antropófagos e “todos [...] idólatras e feiticeiros, e por feitiços se regem em tal maneira que aos oráculos e aos agoiros sem dúvida se lhe dão”¹¹⁶. Distanciavam-se em muito dos cristãos, como gostavam de lembrar os narradores, inclusive recordando palavras, ou supostas palavras, daqueles que de lá também exprimiram juízos sobre estes, como aquelas atribuídas por Rui de Pina ao rei do Congo no momento de sua conversão: “eu tenho por certo que não há outros homens bem aventurados nem mais sabedores no mundo que os brancos, e na perfeição de suas cousas o vereis; e tudo isto têm porque, como creem no Deus verdadeiro, assim lhes dá ele suas cousas perfeitas e de verdade...”¹¹⁷

Por meio de associações de uns a grandes modelos do passado, de outros a criaturas sem razão, bem como por meio de vinculações aos de perto e aos de longe de sutis juízos sobre o que era belo e bom – dois votos inseparáveis, melhor, o primeiro corolário do segundo –, certas concepções de longa data, difusas mas recorrentes, vão-se definindo e sendo trocadas em miúdos no plano dos relatos de viagem e cronísticos da expansão. Sobre o que julgavam como belo ou seu oposto, dada a predominância do foco moral que o identificava com o bom ou o opunha ao seu contrário, eram as virtudes, o agir correto, que melhor ajudavam a distingui-los. Entendidas como o “caminho pelo qual podíamos chegar à verdadeira vida”¹¹⁸, eram elas, no contexto em questão, as moedas correntes para dar inteligibilidade a uma beleza que dependia da harmonia moral e que parecia mais compatível com os de perto do que com os de longe.

¹¹⁴ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 2. Cf. J. Münzer, “Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495», in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 84, 1924, p. 62

¹¹⁵ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 56.

¹¹⁶ Duarte P. Pereira, *Esmeraldo...*, cit., p. 56.

¹¹⁷ Rui de Pina, “Crônica de el rei Dom João II” in *Crônicas de Rui de Pina*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, p. 999. Cf. Rui de Pina. *Relação do Reino...*, cit., p. 109.

¹¹⁸ Gomes E. de Zurara, *Crônica da Tomada...*, cit., p. 140.